

2 — Liberalismo, neoliberalismo e educação

Mário Luiz Neves de Azevedo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

AZEVEDO, M. L. N. Liberalismo, neoliberalismo e educação. In: *Educação e gestão neoliberal: a escola cooperativa de Maringá – uma experiência de Charter School?* [online]. Maringá: EDUEM, 2021, pp. 71-100. ISBN: 978-65-87626-06-2. <https://doi.org/10.7476/9786587626062.0005>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

2

LIBERALISMO, NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO

2.1 O Liberalismo

Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa (Marx, [1980d], p. 203)⁵¹.

O liberalismo, em variadas formulações e tendo por base o Iluminismo, em versões empiristas e racionalistas, é o substrato ideológico da burguesia para a superação do feudalismo, do mercantilismo e das formações pré-capitalistas, não só em termos políticos e econômicos, mas também para a suplantação da ordem jurídica e o sobrepujamento de qualquer cultura que lhe possa ser alheia, especialmente aquela que era dominante no *ancien régime*. Não é ocioso dizer que a prática burguesa e a doutrina liberal cumpriram papéis fundamentais para o avanço da sociedade no sentido da ampliação da riqueza e da maior liberdade⁵².

⁵¹ Esta epígrafe encontra-se na obra *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, de Karl Marx.

⁵² Afirmar que o liberalismo cumpriu um papel importante para sobrepujar o antigo regime não significa dizer que houve uma encomenda de morte a ser executada por supostos algozes liberais clássicos. Ao contrário, nota-se que os clássicos do liberalismo construíram um arcabouço teórico da superação política, cultural, econômica e social da luta de classes. À primeira vista, a afirmação poderia ser considerada proveniente de uma interpretação idealista, porém entende-se que a prática burguesa foi acompanhada por interpretações teóricas liberais. O modo de produção capitalista necessita de invólucros teóricos, desde o pensamento clássico, a exemplo de

Assim, apropriado pela burguesia, o pensamento liberal deu forma a um modo de produzir que tinha o trabalho livre e o capital como conteúdos e o mercado como meio de encontro dos produtores e possuidores de mercadorias (inclusive de dinheiro, que é uma mercadoria que propicia a equivalência geral). Marx e Engels, insuspeitos intérpretes – por terem sido historicamente críticos ao capitalismo –, testemunham em favor do papel revolucionário da burguesia europeia. Para ambos, “[...] a burguesia desempenhou na história um papel eminentemente revolucionário. Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia calcou aos pés as relações feudais, patriarcais e idílicas” (Marx; Engels, [1980], p. 23). Entretanto, como sublinha Bell (2014, p. 22), “[...] a história do liberalismo [...] é uma história de constante reinvenção”. Isso porque, por exemplo, como notam Phelan e Dawes (2018, p. 3), no século XIX, o liberalismo era considerado “[...] uma filosofia política que privilegiava a liberdade individual, o direito de propriedade e a liberdade de mercado”. Já no século XX, o conceito foi ressignificado como uma genuína expressão das sociedades ‘democráticas’ ocidentais, identificando-se com a chamada ‘democracia liberal’ (Bell, 2014; Phelan; Dawes, 2018). Assim, conforme Phelan e Dawes (2018, p. 2),

[...] nem o liberalismo nem o neoliberalismo podem ser compreendidos coerentemente sem falar sobre capitalismo e democracia. Se o liberalismo denomina a ideologia política alinhada à emergência histórica do capitalismo de ‘livre mercado’ e da democracia representativa de estilo ocidental, o neoliberalismo significa um regime particular de liberalismo, capitalismo e democracia que tem sido globalizado desde os anos 1970, na forma de um ativo promoção dos princípios do mercado e da concorrência que os críticos vêem como antitético à democracia.

Ademais, segundo Matteucci (1992), o conceito de liberalismo não é unívoco, isto é, são possíveis várias interpretações a seu respeito. O autor do verbete ‘Liberalismo’, publicado no *Dicionário de política*, organizado por

Adam Smith e David Ricardo, às versões neoclássicas, inclusive as mais ideologizadas, como o neoliberalismo (em suas várias versões).

Norberto Bobbio, chama a atenção para as dificuldades de se definir o liberalismo, isso porque, argumenta ele, há o risco da incursão em uma história paralela de diversos liberalismos ou a ‘descoberta’ de um liberalismo ‘ecumênico’, que “[...] não tem muito a ver com história” (Matteucci, 1992, p. 686).

Nesse sentido, considerando a advertência de Matteucci e tomando o cuidado para não incidir em alguma forma de diletantismo, vale registrar uma reflexão, mesmo que sintética, acerca do liberalismo: se existe atualmente um neoliberalismo, houve uma matriz inspiradora dessa ‘novidade’. Por isso, não é ocioso retomar o debate sobre o liberalismo com o fito de tentar identificar o que há efetivamente de ‘novo’ no neoliberalismo. Dessa forma, para iniciar, Matteucci (1992, p. 687) ressalta que “[...] o liberalismo é um fenômeno histórico que se manifesta na Idade Moderna e que tem seu baricentro na Europa (ou na área atlântica)”. Paulo Sandroni (1985, p. 241) define o liberalismo como uma

[...] doutrina que serviu de substrato ideológico às revoluções antiabsolutistas que ocorreram na Europa (Inglaterra e França, basicamente) ao longo dos séculos XVII e XVIII e à luta pela independência dos Estados Unidos. Correspondendo aos anseios de poder da burguesia, que consolidava sua força econômica ante uma aristocracia em decadência amparada no absolutismo monárquico, o liberalismo defendia: 1) a mais ampla liberdade individual; 2) a democracia representativa com separação e independência entre os três poderes (executivo, legislativo e judiciário); 3) o direito inalienável à propriedade; 4) a livre iniciativa e a concorrência como princípios básicos capazes de harmonizar os interesses individuais e coletivos e gerar o progresso social [...].

O filósofo e jurista italiano Norberto Bobbio, em oportuno questionamento no debate sobre o liberalismo, alerta que “[...] também para o pensamento liberal pode-se pôr a pergunta que me pus há alguns anos para

o socialismo. Qual liberalismo?” (Bobbio, 1989, p. 114)⁵³. De acordo com Bobbio, o liberalismo, não sendo um sistema único, imutável e concluso, constitui um conjunto de princípios que servem de referência a seus aderentes e, dessa forma, o grau de importância facultado a cada princípio, ou melhor, o entendimento e a percepção de cada princípio que conforma a doutrina liberal delineiam conceitualmente qual liberalismo está a se abordar. Isto é, muitas vezes, para cada autor clássico liberal corresponde a fundação de uma variante do liberalismo (Say, Bastiat, Bentham, Locke, Montesquieu, Kant, Adam Smith, Ricardo, Humboldt, Constant, John Stuart Mill e Tocqueville são alguns clássicos que se destacam entre os autores que conformam o que se convencionou chamar de pensamento liberal). Entretanto, para Bobbio, o liberalismo tem claramente os seus pontos de confluência. Em suas palavras,

[...] por mais numerosos que possam ser os aspectos sob os quais se apresenta a doutrina liberal passando de autor a autor, já que é boa regra não multiplicar os entes, considero que, mesmo ao término do discurso que estou fazendo, os aspectos fundamentais são o econômico e o político, e por isso merecem estar sempre presentes (Bobbio, 1989, p. 114).

Dessa forma, Bobbio assevera que as características unificadoras e fundantes do liberalismo residem na economia e na política. Segundo Bobbio (1989, p. 114), “[...] o liberalismo é, como teoria econômica, fator da economia de mercado; como teoria política, é fator do estado que governe o menos possível”. Todavia, Gramsci percebe, no discurso liberal, uma contradição (que também existe no discurso neoliberal), pois ao mesmo tempo em que o liberalismo professa a sua aversão à intervenção do Estado, ele necessita que o Estado legisle a respeito das relações econômicas e políticas entre os indivíduos e garanta, legal e coercitivamente, o livre jogo do mercado. Mesmo longa, vale a pena retomar as reflexões de Gramsci anotadas nos *Cadernos do cárcere*:

⁵³ Bobbio se refere à discussão sobre o problema da relação entre democracia e socialismo. O texto ‘Qual socialismo?’ está inserido na obra coletiva *O marxismo e o Estado*, publicado originalmente pela Graal, em 1979.

A formulação do movimento do livre-câmbio baseia-se num erro teórico cuja origem prática não é difícil identificar, ou seja, baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. Mas, dado que a sociedade civil e o Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberalismo é uma ‘regulamentação’ de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática do fato econômico. Portanto o liberalismo é um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado, isto é, a modificar a distribuição da renda nacional (Gramsci, 2002, p. 47).

Como é sabido, *laissez-faire* e *laissez-passer* são conhecidas máximas do liberalismo que, interpretando, significam que a economia deveria ser guiada pelo mercado (por compradores e vendedores na sociedade civil) e o individualismo, supostamente, seria a tônica das relações sociais. Por um lado, esta ordem baseia-se na temerosa componente egoísta possessiva (individualismo possessivo); por outro lado, é com o liberalismo que o indivíduo é sacado do marasmo social vivido no *ancien régime*, ganhando, assim, uma identidade individual, fortalecedora do humanismo, que antes, em época de servidão, era restrita aos dominantes. Em suma, o mote da Revolução Francesa (1789) é o augúrio de uma ética própria, de uma sociedade fundamentada no liberalismo ou, se preferir, no humanismo iluminista: ‘Liberdade, Igualdade e Fraternidade’.

Em respaldo ao liberalismo, teoricamente, Adam Smith sustentava que o livre mercado, como prática nas relações econômicas, e o individualismo, como valor de conduta nas relações sociais, impulsionariam o desenvolvimento e seriam catalisadores da entificação de uma sociedade de maior abundância. O autor do *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* viveu em uma época (1723-1790) de superação de um sistema que se baseava no trabalho servil e na obrigação direta entre os

homens e no qual as homenagens e as investidas eram o que sedimentavam as relações entre as pessoas⁵⁴. Assim, como resposta às amarras do antigo regime, a livre-iniciativa, propriamente originada nos burgos, disseminou-se pelas terras europeias ocidentais. O economista escocês parte de uma primeira premissa – com base no individualismo – assentando que “[...] cada indivíduo esforça-se continuamente por encontrar o emprego mais vantajoso para qualquer que seja o capital que detém” (Smith, 1989, p. 755); reforça o silogismo assegurando que “[...] na verdade, aquilo que tem em vista é o seu próprio benefício e não o da sociedade”; e conclui o raciocínio, adversativamente, asseverando: “[...] mas o juízo da sua própria vantagem leva-o, naturalmente, ou melhor, necessariamente, a preferir o emprego mais vantajoso para a sociedade” (Smith, 1989, p. 755).

Smith acreditava que o indivíduo, ao buscar maximizar o próprio ganho, promoveria o bem para todos. Para ele, a explicação para a existência desta curiosa energia ‘ego-filantrópica’ (seria um oxímoro?) residiria no mercado. Ou seja, na procura de benefícios para si, o indivíduo seria guiado por uma suposta ‘mão invisível’, como que, satisfazendo seus próprios desejos e realizando seus projetos, o sujeito estivesse a cumprir uma dupla incumbência: individual e coletiva. A primeira, sendo um sucesso do projeto privado, teria por resultado não esperado a produção de um bem coletivo, ou seja, a ação individual bem sucedida colaboraria para o desenvolvimento social – o bem público. Em suas próprias palavras, Smith argumenta, em uma das mais conhecidas e recorridas passagens de sua obra, em favor do individualismo, valendo-se da abstrusa alegoria da ‘mão invisível’ do mercado; mesmo longa, vale a leitura da citação:

[...] portanto, como cada indivíduo tenta, tanto quanto possível, aplicar o seu capital no apoio à indústria interna e, por consequência, dirigir essa indústria de modo a que a sua produção tenha o máximo de valor, cada um trabalha, necessariamente, para que o rédito anual da sociedade seja o maior possível. Na realidade, ele não pretende, normalmente, promover o bem

⁵⁴ O feudalismo, na Inglaterra, já tinha em sua essência deixado de existir na época de Smith. O seu grande mérito foi ter teorizado a respeito do novo sistema econômico implantado na Inglaterra.

público, nem sabe até que ponto o está fazendo. Ao preferir apoiar a indústria interna em vez da externa, só está a pensar na sua própria segurança; e, ao dirigir essa indústria de modo que a sua produção adquira o máximo valor, só está a pensar no seu próprio ganho, e, neste como em muitos outros casos, está a ser guiado por uma **mão invisível** a atingir um fim que não fazia parte das suas intenções. Nem nunca será muito mau para a sociedade que ele não fizesse parte das suas intenções. Ao tentar satisfazer o seu próprio interesse promove, freqüentemente, de uma maneira mais eficaz, o interesse da sociedade, do que quando realmente o pretende fazer. Nunca vi nada de bom, feito por aqueles que se dedicaram ao comércio pelo bem público. Na verdade, não é um tipo de dedicação muito comum entre os mercadores, e não são necessárias muitas palavras para os dissuadir disso (Smith, 1989, p. 758, grifo nosso).

Hunt (1989) defende a tese segundo a qual Adam Smith exerceu influência nas doutrinas conservadoras dos séculos XIX e XX devido, principalmente, à sua “[...] crença de que, numa economia de mercado concorrencial, *laissez-faire* e capitalista, o mercado livre dirigia todos os atos egoístas, gananciosos e voltados para o lucro, para um 'sistema óbvio e simples', socialmente benéfico e harmonioso, de 'liberdade natural’” (Hunt, 1989, p. 81). De maneira sintética, segundo Hunt (1989), os conservadores sentem-se apoiados na prescrição de Smith, segundo o qual o governo (o Estado) deveria enquadrar suas funções em três assuntos:

Primeiro, a função de proteger a sociedade da violência e da invasão de outras sociedades independentes; segundo, a função de proteger, na medida do possível, todo membro da sociedade da injustiça e da opressão de qualquer de seus membros ou a função de oferecer uma perfeita administração da justiça; e, por fim, a função de fazer e conservar certas obras públicas e de criar e manter certas instituições públicas [...] (Smith *apud* Hunt, 1989, p. 82).

As três funções propostas assemelham-se ao projeto neoliberal da mínima intervenção do Estado. Assim, de acordo com a perspectiva do neoliberalismo, as ideias que são mais lembradas e retidas desse clássico pensador liberal circunscrevem-se a aspectos mais básicos de seu pensamento (Smith, 1989; Hunt, 1989), tais como: a) a melhor alocação de recursos é feita pelo mercado – chamado por ele, metaforicamente, de ‘mão invisível’ –, de maneira a enaltecer o mercado como uma epifania própria da onipotência divina; 2) o capital (na realidade, a pessoa física ou jurídica detentora do capital – o capitalista) deve estar livre de regulamentações; 3) o indivíduo tem o melhor juízo, sendo soberano em suas escolhas e arbítrios; e 4) o Estado deve ser mínimo, limitando suas funções, especialmente, à segurança, à defesa e à garantia da liberdade para o livre-mercado – utilizando para isso, em linguagem contemporânea, sua condição (do Estado) de meta-ator social e de monopolista da violência física e simbólica (Bourdieu, 2014) e de sua capacidade de coerção e de construção do consenso (Gramsci, 1989, 2002).

No entanto, as proposições neoliberais têm sido versões mais radicais do que o próprio liberalismo clássico, pois até a criação de ‘certas obras e instituições públicas’ tida como função do Estado por Smith não goza de prestígio junto aos neoliberais. Friedman é mais restrito nas recomendações de ações do Estado. Para o economista da Escola de Chicago, “[...] sua principal função deve ser a de proteger nossa liberdade contra os inimigos externos e contra nossos próprios compatriotas; preservar a lei e a ordem; reforçar os contratos privados; promover mercados competitivos” (Friedman, 1984, p. 12). A participação estatal na economia só é aceita por Friedman em casos excepcionais, não custa fazer lembrança, prioritariamente, por intermédio das chamadas ‘parcerias’; “[...] além desta função principal, o governo pode, algumas vezes, nos levar a fazer em conjunto o que seria mais difícil ou dispendioso fazer separadamente. Entretanto, qualquer ação do governo nesse sentido representa um perigo” (Friedman, 1984, p. 12).

Retornando ao pensamento de Adam Smith, percebe-se, não sem certa perplexidade, que sua obra serve como referência tanto para a tradição liberal-conservadora, conforme se nota também pela recuperação neoliberal – sobejamente aqui mencionada –, como para a tradição ligada à perspectiva

do trabalho. Afinal, Marx tem uma dívida, por ele reconhecida, com a Economia Política Inglesa (Adam Smith e David Ricardo) e mesmo Lênin, no opúsculo *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*, afirma que “[...] o marxismo é o sucessor legítimo do que de melhor criou a humanidade no século XIX: a filosofia alemã, a **economia política inglesa** e o socialismo francês” (Lênin, 1979a, p. 35, grifo nosso). Recorre-se a Hunt para explicar como sucede esta dualidade na obra smithiana:

As obras de Smith, porém, impressionam o leitor por serem extremamente ambíguas, quanto à questão do conflito de classes versus harmonia social, no capitalismo. Um argumento central [...] é de que os proponentes da teoria do valor-trabalho vêem o conflito de classes como algo de importância fundamental para a compreensão do capitalismo, enquanto que a teoria do valor-utilidade vê a harmonia social como fundamental e leva, inevitavelmente, a uma versão do argumento da ‘mão invisível’, de Smith. Só quando Smith abandonou a teoria do valor-trabalho é que ele pôde argumentar em favor da ‘mão invisível’ e da harmonia social (Hunt, 1989, p. 82).

Adam Smith, em suma, serve de referência tanto para a teoria do valor-trabalho, que defende o trabalho como criador original de riqueza e, por extensão, admite a existência de classes antagônicas que lutam pelo resultado do trabalho (pela repartição da mais-valia), como para a teoria do valor-utilidade, que propugna a utilidade como fonte de valor e que pressupõe a harmonia de classes.

A fim de realçar este argumento, destacam-se duas citações recolhidas por Hunt da obra *A riqueza das nações*, publicada pela primeira vez em 1776, que evidenciam o reconhecimento de Smith da existência, na sociedade capitalista, dos diferentes interesses de classe. O primeiro destaque de Hunt no livro de Smith refere-se ao fato de que “[...] as pessoas que têm os mesmos negócios raramente se reúnem – mesmo em festas ou em locais de diversão – mas sua conversa termina em uma conspiração contra o povo ou em alguma combinação para aumentar os preços” (Smith *apud* Hunt, 1989, p. 83). A segunda citação sublinhada por Hunt (1989) torna

patente que Smith admitia, em suas análises, a existência dos antagonismos de classe:

[...] o interesse dos empresários por qualquer ramo de comércio ou indústria é sempre, em alguns aspectos, diferente e até mesmo oposto ao interesse do povo [...] Seu interesse é sempre diminuir a concorrência [...]. Mas isto sempre será contrário [...] (aos interesses do povo), e só poderá servir para permitir que os empresários, aumentando seus lucros de modo que ultrapassem seus limites naturais, cobrem, em proveito próprio, um imposto absurdo do resto de seus concidadãos (Smith *apud* Hunt, 1989, p. 83).

A fecundidade da obra de Smith comporta este duplo conteúdo que, por sua vez, dá margem a uma dupla interpretação. No entanto, deve-se ter a noção de historicidade, isto é, ter clareza em relação à época em que a obra foi escrita. O individualismo, a livre iniciativa e a mínima intervenção do Estado eram pressupostos básicos para que governos de corte autoritário/absolutista fossem superados, de maneira a liberar populações do servilismo e a avançar na produção de bens com maiores excedentes (devido às revoluções industrial e agrícola⁵⁵).

Enfim, o livre-mercado foi um elemento desagregador do modo de produção feudal, e a burguesia, fauzy da economia de mercado, beneficiou-se da impessoalidade das novas relações sociais, cujas marcas principais são a troca de coisas e o individualismo do *laissez-faire* e *laissez-passer*, para pôr fim às subservientes relações sociais do feudalismo. Dessa maneira, pode-se inferir que, mesmo com as tragédias de sua implantação, a economia de mercado e o liberalismo clássico cumpriram papéis para que, por exemplo, o *ancién régime* não retornasse como uma forma de ‘neofeudalismo’.

⁵⁵

A revolução agrícola caracterizou-se pela substituição da produção extensiva pela intensiva (gerando ganho de escala e maior produtividade), pela adoção da rotatividade de culturas (contribuindo para a fertilidade da terra) e pela utilização de invenções de máquinas no campo, como as semeadeiras mecânicas.

2.2 O Neoliberalismo

Apesar da abundância de escritos sobre o assunto [justiça social], quando há cerca de dez anos escrevi o primeiro rascunho deste capítulo, achei ainda muito difícil encontrar uma discussão séria sobre o que as pessoas queriam dizer quando usavam esse termo (Hayek, 1998, p. 177).

Extraí disso a conclusão de que o conceito de justiça em si está vazio [...] (Hayek, 1998, p. 97)⁵⁶.

Destaca-se um fragmento do pensamento do reconhecido economista da Escola Austríaca⁵⁷, Friedrich A. von Hayek, a fim de evidenciar o nível de importância destinada pelo neoliberalismo, pela pena de uma de suas referências inconteste, às políticas sociais de promoção de justiça social⁵⁸.

A negação de significado à expressão ‘justiça social’ deve-se, primeiramente, ao fato de os doutrinadores neoliberais, essencialmente, não dedicarem aprofundadas discussões sobre a questão de valores sociais⁵⁹ com

⁵⁶ A primeira citação é parte de nota explicativa, constante na página 177, ao fim do livro *The mirage of social justice*. A segunda citação está no corpo do texto na página 97. Segue o texto original: “In spite of the abundance of writings on the subject, when about ten years ago I wrote the first draft of this chapter, I found it still very difficult to find any serious discussion of what people meant when they were using this term”. “[...] draw from this the conclusion that the concept of justice itself is empty”.

⁵⁷ “Também conhecida como Escola de Viena, a Escola Austríaca é constituída por um grupo de economistas que lecionou na Universidade de Viena e sustentou algumas idéias comuns, mais tarde englobadas no marginalismo” (Sandroni, 1985, p. 144). A referência mais conhecida da Escola de Viena é Friedrich August von Hayek (1899-1992), economista austríaco, naturalizado inglês, reconhecido neoliberal, que ganhou o prêmio Nobel de Economia de 1974 dividindo-o com Gunnar Myrdal (Sandroni, 1985, p. 193). Devemos registrar que Hayek foi professor na Universidade de Viena e na Universidade de Chicago.

⁵⁸ Sobre este tema (justiça social), sugere-se a leitura de John Rawls (1997), Amartya Sen (2011) e Martha Nussbaum (2014). Os dois últimos autores (Sen e Nussbaum), com critério e pertinência, estabelecem justas críticas ao conceito de Justiça de Rawls, especialmente suas premissas contratualistas. Em livre acesso, também pode ser lido o artigo *Igualdade e equidade: qual é a medida da justiça social* (Azevedo, 2013a). As referências completas encontram-se no final do livro.

⁵⁹ Valor no sentido axiológico. A axiologia é o estudo dos valores éticos e morais: fraternidade, solidariedade, igualdade, justiça social etc.

preocupações humanistas e, segundo, fundamentalmente, lançarem, invariavelmente, estas discussões e as supostas soluções de questões sociais ao livre jogo do mercado. Isso porque um dos pilares ideológicos de sustentação do neoliberalismo é a pretensa eficiência imanente da administração privada e da alocação de recursos por intermédio do mercado. Este aforismo neoliberal é reforçado pelo preconceito de que a administração pública é, por natureza, perdulária, ineficaz e ineficiente.

Ainda como parte da discussão sobre a relação do neoliberalismo com a educação, vale continuar a argumentação, mesmo que breve, acerca dos fundamentos do neoliberalismo e do liberalismo, a fim de melhor tratar o tema fundamental do presente livro (a educação e o neoliberalismo).

Dessa forma, os pensadores neoliberais consideram-se herdeiros do liberalismo clássico e não concebem o modelo keynesiano (em suas diversas interpretações) implantado em vários países como liberal, especialmente após a crise do capitalismo nos anos pós-1929. No entanto, se considerarmos procedente a reivindicação dos neoliberais como herdeiros do espólio liberal-clássico, surge a questão: como classificar este *replay* liberal chamado neoliberalismo?

A epígrafe deste segundo capítulo é a conhecida passagem em que Marx se refere ao acontecimento histórico de um ‘novo’ Bonaparte (o sobrinho) como sendo uma caricatura de Napoleão Bonaparte⁶⁰. Mesmo reconhecendo a possível interpretação como sendo um anacronismo histórico, dada a especificidade crítica da passagem descrita por Marx e o, ainda atual, fenômeno cultural-político e econômico neoliberal, é tentador tomar como apropriada a analogia e parafrasear Marx. Afinal, se o surgimento do liberalismo foi o resultado teórico das transformações materiais da superação do antigo regime – lembrando que esse processo, inicialmente, foi eivado de sacrifícios de enormes populações –, essa sucessão (neo)liberal tem sido uma tragédia, mas, pior, esta atual revivificação do liberalismo pode ser classificada como uma tripla farsa⁶¹.

⁶⁰ Marx se refere a Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte (Bonaparte I), que passou a ser Napoleão III depois do golpe de Estado na França, em 2 de dezembro de 1851.

⁶¹ Sobre bonapartismo, ver Miliband (1988a).

Em primeiro lugar, porque o neoliberalismo é uma distante inspiração do liberalismo clássico. Na realidade, o neoliberalismo é fundamentalmente referenciado em alguns liberais do século XIX e no ‘marginalismo’ do início do século XX. A segunda falsidade do neoliberalismo consiste na hipocrisia da maioria dos governantes executores de políticas econômicas neoliberais. Eleitos com propostas ‘populares’ (e, em grande medida, progressistas), conforme percebeu Perry Anderson (1995), tão logo no poder, estes mesmos governantes implementam uma agenda de política econômica neoliberal. De acordo com Anderson, referindo-se à política dos anos 1990 na América Latina, nenhum dos candidatos à presidente foi honesto em confessar que assumiria uma agenda neoliberal de governo: “Menem, Carlos Andrés e Fujimori, aliás, prometeram exatamente o oposto das políticas radicalmente antipopulistas que implementaram nos anos 90⁶². E Salinas, notoriamente, não foi sequer eleito, mas roubou as eleições com fraudes” (Anderson, 1995, p. 20-21).

Compreendendo keynesianismo e neoliberalismo como formas de liberalismo, pode-se considerar, como terceira falsidade do neoliberalismo, sua visceral crítica à social-democracia e, em consequência, ao Estado de bem-estar social, ao professor, em defesa de seu modelo econômico ortodoxo, a não plausibilidade de qualquer variação liberal socialmente sensível ou economicamente democratizadora por intermédio do Estado, a exemplo do ordoliberalismo e do desenvolvimentismo. Para os defensores do neoliberalismo, sua doutrina é a legítima herdeira do liberalismo clássico. Nesse sentido, Susan Robertson adverte que

Ideias sobre um livre mercado minimamente regulado haviam circulado dos anos 1930 em diante, mas seus defensores não conseguiram garantir um ponto de apoio nos grupos políticos e grupos de formadores de políticas. Ao contrário, o keynesianismo, ou uma

⁶² Tampouco o presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), fundador do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e líder histórico da democratização do Brasil, confessou, antes de eleito, que exerceria um governo neoliberal. Já os organizadores da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência, de oposição, anteciparam-se e, como por ironia histórica, publicaram uma Carta ao Povo Brasileiro, declarando que não fariam rompimentos com a política vigente.

economia gestada pelo Estado, dominava. Tampouco havia consenso entre os próprios neoliberais. À medida que os eventos se desdobravam, uma clara divisão emergia ao longo das décadas que se seguiram entre a chamada Escola de Chicago [...] e a posição ordoliberal de base europeia. Podemos ver o contraste entre essas diferenças num quadro geral que apresenta a economia liberal com mínima influência do Estado de um lado e um mercado socialmente inserido do outro. O que preservou a união entre os neoliberais, no entanto, foi o compartilhamento de uma utopia de mercado e um desgosto visceral pelo keynesianismo e pelo socialismo (Robertson, 2012, p. 286).

As regulações concernentes ao Estado de bem-estar social, possibilitadas pelos anos dourados do capitalismo europeu, após a Segunda Guerra Mundial, não feriram o arcabouço teórico dos clássicos liberais. Os defensores do liberalismo ortodoxo e do individualismo possessivo, como bem reportou Macpherson (1991), incomodaram-se com a possibilidade de incorporação de mais pessoas no mundo da produção e do consumo e da construção do bem-estar social para todos os cidadãos, por intermédio da regulação e da intervenção do Estado.

O temor de Hayek é similar ao temor daqueles que se guiam pela cartografia em que o mundo aparece representado em formato retangular e em que espaços de navegação são restritos, como se se sugerisse que a ousadia de maiores incursões nas águas oceânicas desconhecidas poderia incorrer no fim do mundo. Hayek parece insinuar que a possível ampliação do espaço público-estatal implicaria perigo à ordem social ou às premissas do liberalismo (mas as defendidas por ele – mais tarde, denominadas de neoliberalismo). O economista austríaco alertou os propositores do bem-estar social que “[...] apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna” (Hayek *apud* Anderson, 1995, p. 9).

Assim, a necessária distinção entre liberalismo clássico e neoliberalismo deve-se ao reconhecimento do papel que o primeiro cumpriu na Europa Ocidental para a superação do feudalismo, que era caracterizado por relações de dependência direta (servilismo) e pela fragmentação do Estado (após a dissolução do Império Romano). De acordo com Wood, as

relações sociais no feudalismo eram, ao mesmo tempo, um método de governo e um modo de exploração, significando também que proprietários fundiários livres (fazendeiros sem laços de dependência direta) tornavam-se ‘súditos’ de senhores, “[...] abrindo mão de trabalho excedente em troca de proteção pessoal, numa relação de dependência que era política e econômica” (Wood, 2011, p. 43). Segundo Wood, em essência, o feudalismo caracterizava-se pela “[...] privatização do poder político que significou uma integração crescente da apropriação privada com a organização autoritária da produção” (Wood, 2011, p. 43). O que não deixa de ser uma hipocrisia ideológica, conforme denunciam Phelan e Dawes (2018, p. 7), tendo por referência Losurdo e MacKinnon, pois houve uma cumplicidade histórica entre teóricos e divulgadores liberais com regimes escravistas racistas, conquistas coloniais e subjugação feminina.

Entretanto, o liberalismo foi o arcabouço teórico, mesmo que ideológico, de grandes transformações econômico-sociais e culturais que vinham ocorrendo na Europa e que vieram a sobrepujar formações econômicas e políticas pré-capitalistas e a substituir o modo de produção em decadência, contribuindo para a consolidação político-ideológica da modernidade, do novo regime e do capitalismo. Nesse sentido, de acordo com Wood (2011, p. 43), “[...] o desenvolvimento do capitalismo a partir do sistema feudal aperfeiçoou essa privatização e essa integração”.

Apesar do sem número de tragédias na história da formação do capitalismo⁶³ (com toda sorte de violências, tais como genocídios, massacres, assassinatos, escravidão, pilhagens, cercamentos, ‘grilagens’ etc.) e, também, a partir daí, o predomínio egoísta entre os sujeitos que vivem sob este sistema, que tem por base a economia de mercado, a hegemonia da classe burguesa, por intermédio do liberalismo, primordialmente, fez avançar o mundo para uma formação social com maior liberdade e abundância material. Esse processo⁶⁴, emulado pelo livre-cambismo (*laissez-faire*), foi

⁶³ O texto de Marx que traz a história viva e trágica do processo de nascimento do capitalismo está no capítulo XXIV – ‘A assim chamada acumulação primitiva’ da seminal obra *O capital* (Marx, 1983, p. 261).

⁶⁴ As constantes lembranças da sanguinolenta passagem do antigo regime, de maneira alguma, são uma tentativa de construir a sua apologia, como se o passado fosse melhor. A ênfase tem o sentido de registrar o quão penosa foi a superação da formação social anterior.

marcado pela expropriação do produtor direto, pela decomposição das organizações corporativas e pelo questionamento da autoridade política, econômica e cultural do feudalismo⁶⁵.

Entretanto, em época de capitalismo monopólico, é insólito falar em livre concorrência e livre mercado. Estas características, próprias do início da formação capitalista na modernidade, com poucas ressalvas, já não estão mais presentes na sociedade contemporânea dominada por oligopólios e monopólios⁶⁶.

O individualismo possessivo, em uma economia dominada por oligopólios e de grandes monopólios, suscita desconfianças com relação a uma suposta atualização da fórmula livre-cambista e do neoliberalismo. Atílio Borón levanta uma oportuna questão, tomando os EUA como exemplo: como pode haver concorrência quando se sabe que entre 35% e 45% do total da produção privada desse país, em 1973, foi obra de um pequeno punhado de empresas que detinham um controle quase total sobre seus ramos de produção? (Borón, 1994, p. 64). Em outra oportunidade, Borón faz uma referência reveladora da forte concentração econômica: “[...]”

⁶⁵ “Os capitalistas industriais, esses novos potentados, tiveram de deslocar, por sua vez, não apenas os mestres-artesãos corporativos, mas também os senhores feudais, possuidores das fontes de riquezas. Sob esse aspecto, sua ascensão apresenta-se como fruto de uma luta vitoriosa contra o poder feudal e seus privilégios revoltantes, assim como contra as corporações e os entraves que estas opunham ao livre desenvolvimento da produção e à livre exploração do homem pelo homem. Mas os cavaleiros da indústria só conseguiram desalojar os cavaleiros da espada explorando acontecimentos em que não tiveram a menor culpa. Eles se lançaram ao alto por meios tão vis quanto os que empregou outrora o liberto romano para tornar-se senhor do seu *patronus* (patrono)” (Marx, 1983, p. 262-263).

⁶⁶ Há vasta literatura em apoio a esta afirmação, a exemplo de Macpherson (1991) e Bobbio (1990). Bobbio cita Smith, afirmando que o nascimento da economia política concorre como fator da formação da concepção individualista e lembra, em sua obra, a teoria do individualismo possessivo de Macpherson: “[...] o nascimento da economia política, vale dizer, de uma análise da sociedade e das relações sociais cujo sujeito é ainda uma vez o indivíduo singular, o *homo economicus* e não o *politikós zôon* da tradição, que não é considerado em si mesmo mas apenas como membro de uma comunidade, o indivíduo singular que, segundo Smith, perseguindo o próprio interesse, freqüentemente promove aquele da sociedade de modo mais eficaz do que quando pretenda realmente promovê-lo’ (de resto é conhecida a recente interpretação de Macpherson segundo a qual o estado de natureza de Hobbes e de Locke é uma prefiguração da sociedade de mercado)” (Bobbio, 1990, p. 22).

a UNDP publicou recentemente umas estatísticas que indicam que um grupo de quinhentas empresas transnacionais controlam cerca de 80% do comércio internacional” (Bóron, 1995, p. 162). O insuspeito Klaus Schwab, fundador do World Economic Forum, mais conhecido como Fórum de Davos, organizador do relatório ‘The global competitiveness report 2017-2018’, com base em estudos do Global Competitiveness Index (GCI), ao comparar os números de 2007 a 2017, percebe a tendência de concentração do capital financeiro: em 2017, “[...] os 30 maiores bancos detinham quase US\$43 trilhões em ativos, quando, em 2006, eram menos de US\$30 trilhões” (Schwab, 2017, p. 14).

Esses números são suficientes para constatar a estupenda concentração de capital e, dessa forma, inferir que a célebre metáfora da ‘mão invisível’ de Adam Smith, contemporaneamente, tornou-se uma lenda, como a célebre ‘roupa nova do rei’, do conto de fadas do dinamarquês Hans Christian Andersen: a nova roupagem do liberalismo não cobre as ‘vergonhas’, as ‘cruzas’ e o ‘egoísmo’ do capitalismo contemporâneo. As bases teóricas do novo livre-cambismo é, como a roupa nova do rei, uma fábula, ou melhor, uma ideologia. Assim, não é possível perceber a concorrência entre os agentes econômicos em tempos de neoliberalismo e de globalização porque, de fato, a reivindicada concorrência da economia de mercado é uma idealização fabulosa de teóricos do neoliberalismo em tempos de capitalismo monopólico.

A crise capitalista do final do primeiro terço deste século, marcada pelo famoso ‘crack’ da Bolsa em 1929, apesar da renitência por parte dos neoclássicos, que, apegados à ortodoxia da economia de mercado na época, brandiam veementemente a ‘mão invisível’ para alcançar o equilíbrio, só foi resolvida pela intervenção do Estado na economia. Keynes foi a principal referência teórica da empreitada estatal. No prefácio à edição francesa de *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, Keynes (1985, p. 9) diz que “[...] por cem anos ou mais a Economia Política inglesa vem sendo dominada por uma ortodoxia [...]” e que sua teoria, ali apresentada, significava um rompimento com essa ortodoxia, especialmente com a ‘lei dos mercados’ de Say. Em suas próprias palavras:

Acredito que a economia em toda parte, até recentemente, tenha sido dominada, muito mais que

compreendida, pelas doutrinas associadas ao nome de J. B. Say. É verdade que a 'lei dos mercados' dele já foi abandonada há tempo pela maioria dos economistas, mas eles não se livraram de seus postulados básicos, particularmente de sua idéia errônea de que a demanda é criada pela oferta. Say estava supondo implicitamente que o sistema econômico está sempre operando com sua capacidade máxima, de forma que uma atividade nova apareceria sempre em substituição e não em suplementação a alguma outra atividade. Quase toda a teoria econômica subsequente tem defendido, no sentido de que ela tem exigido, esse pressuposto. No entanto, uma teoria com essa base é claramente incompetente para enfrentar os problemas do desemprego e do ciclo econômico. [...] (Keynes, 1985, p. 11-12).

O Estado, para Keynes, deve tomar iniciativas e exercer papéis na sociedade (logo, na economia), seja para evitar crises, ou na superação de crises, e tornar-se empreendedor, financiador, regulador, árbitro, tocador de obras etc. Segundo este ideário, é preciso criar demandas, e o Estado torna-se, após 1929, definitivamente, um meta-ator social e, atualizando a interpretação por intermédio da teoria dos campos de Pierre Bourdieu, um metacampo social⁶⁷.

Em termos históricos, entre as décadas de 1960 e 1970, o sistema capitalista experimenta outra crise de acumulação. Desta vez, é o keynesianismo que está em prova e, para a elite dirigente, sua capacidade

⁶⁷ John Maynard Keynes (1883-1946) fez parte da Escola Inglesa (ligada ao marginalismo de Alfred Marshall). Conforme Keynes (1985, p. 7), “[...] foi nessa atmosfera que me formei. Eu mesmo ensinei essas doutrinas e foi só na última década que passei a ter consciência de sua insuficiência. [...] este livro representa uma reação, uma transição no sentido de me afastar da tradição clássica (ou ortodoxa) inglesa”. Esse movimento contrário à ortodoxia econômica ficou conhecido como keynesianismo. Segundo Sandroni, o keynesianismo é uma “Modalidade de intervenção do Estado na vida econômica, sem atingir totalmente a autonomia da empresa privada, e adotando, no todo ou em parte, as políticas sugeridas na principal obra de Keynes, *The General Theory of employment, interest and money*, 1936 (A teoria geral do emprego, do juro e da moeda). Tais políticas propunham-se a solucionar o problema do desemprego pela intervenção estatal, desencorajando o entesouramento em proveito das despesas produtivas, por meio da redução da taxa de juros e do incremento dos investimentos públicos” (Sandroni, 1985, p. 224).

realimentadora da acumulação capitalista entra em esgotamento. Como assinala Finkel (1992, p. 3),

A crise econômica experimentada desde a década dos setenta, pelo mundo capitalista, acentuou as críticas ao Estado benfeitor e incentivou o desenvolvimento das propostas monetaristas frente ao keynesianismo. Este momento ideológico, caracterizado muito esquematicamente como Nova Direita serviu como marco de referência para a justificação das políticas postas em prática por governos conservadores.

O capitalismo tem apresentado grande capacidade de recuperação e isso não surpreende diante da flexibilidade e plasticidade desse sistema, fundamentado na produção e troca de mercadorias. Politicamente, o bloco histórico dominante comprometido com o neoliberalismo, em busca e luta pela preservação de sua supremacia, apresenta uma agenda antipúblico, porém, contraditoriamente, atua dentro do Estado, contra o Estado e por intermédio do Estado para realizar sua agenda político-econômico-cultural. Este é o paradoxo de que lembram variados autores, isto é, o neoliberalismo discursa contra o Estado, mas necessita do Estado para realizar-se (Peters, 1995; Afonso, 1999; Mancebo, 2002; Dale, 2004).

Em relação à crise do capitalismo de 2008, similarmente, Roubini e Richardson propuseram forte intervenção do Estado, no limite, clamando, em artigo audaciosamente intitulado *Agora, todos nós somos suecos*, pela estatização dos bancos norte-americanos para aplacar a primeira forte crise do capitalismo no século XXI. Para a dupla de economistas,

[...] o sistema bancário dos Estados Unidos está à beira da insolvência e, se não quisermos ficar como o Japão nos anos 90 ou os Estados Unidos nos anos 30, o único meio de salvar os bancos é a estatização. Como economistas defensores do livre mercado, professores de uma escola de administração no coração da capital financeira do mundo, sentimo-nos como se dizendo uma blasfêmia quando propomos que o governo assuma totalmente o controle do sistema bancário. Mas o sistema financeiro dos Estados Unidos chegou a um

ponto tão crítico que não há muita escolha (Roubini; Richardson, 2009).

Nesse sentido, especialmente sobre a direção do bloco histórico, segundo a terminologia de Gramsci, deve-se notar que a possibilidade de as classes não dirigentes apontarem, de modo concreto, soluções para os problemas na sociedade (por vias não neoliberais, por exemplo) obrigaria os atores sociais que estão no poder a efetuarem rearranjos no bloco histórico, reconstruindo e reordenando suas concepções, sempre em vista da manutenção da condição dirigente da sociedade⁶⁸. De acordo com Gruppi (1980, p. 78), a classe dominante dispõe-se “[...] a realizar uma unidade de forças sociais e políticas diferentes; e tende a conservá-las juntas através da concepção do mundo que ela traçou e difundiu”. Em poucas palavras, é esse o exercício político-ideológico que redefine a construção do bloco histórico dirigente. O neoliberalismo é uma doutrina que comporta diversas nuances, em que uma fração da burguesia dirigente, que Finkel chama de ‘nova direita’, responde à crise do keynesianismo com um programa que propugna a desregulamentação da economia, o Estado mínimo, o individualismo e o retorno à economia de mercado.

Milton Friedman, ademais, justifica suas posições a favor do individualismo e da radical economia de mercado, se assim se pode dizer, com base no pessimismo em relação à democracia, argumentando que a democracia política não é meio para definir algo que envolva questões econômicas e culturais, inclusive educacionais, que efetivamente possam promover a democracia econômica (não se encontram registros nos escritos de Friedman da expressão ‘democracia econômica’). Por isso, o economista da Escola de Chicago propõe que a resolução dos conflitos e das demandas sociais ocorra por intermédio da luta (econômica) no livre jogo do mercado. Para Friedman, o campo político deve ser descartado como possível arena de disputa para a provisão do bem-estar dos cidadãos, ou seja, por intermédio da oferta de bens públicos que possam promover o bem comum, a civilidade e a cidadania. Em suma, Friedman defende que o mercado deve ser o suposto instrumento harmonizador e equilibrador das diferenças na

⁶⁸ O conceito de Estado em Gramsci será objeto de análise no último capítulo.

sociedade e o meio de encontro de bens (mercadorias) para a satisfação das necessidades individuais (distopicamente, para quem tem recursos para isso).

De modo sintético, interpretando o pensamento de Friedman, parecem ser estas as regras político-econômicas: primeiro, despolitizar os mecanismos que unem a rede do tecido social; segundo, não lançar novas questões para o terreno da política; terceiro, procurar transformar as questões sociais, culturais e de bem-estar em questões do indivíduo, que devem ser resolvidas no livre-mercado. Defende Friedman:

[...] qualquer aumento do número de questões, para as quais é necessária uma concordância explícita, sobrecarrega demais os fios delicados que mantêm uma sociedade coesa. Se chegar a questões nas quais os homens estão profundamente envolvidos, mas de pontos de vista diferentes, pode ocorrer rompimento da sociedade. Diferenças fundamentais sobre valores básicos quase nunca, ou nunca mesmo, podem vir a ser resolvidos nas urnas; na verdade, só podem ser decididos, embora não resolvidas, por meio de um conflito. As guerras civis e religiosas da história constituem testemunhos sangrentos desse julgamento (Friedman, 1984, p. 30).

Enfim, segundo Friedman, o voto através do mercado é o meio ideal de se alcançar o pretenso consenso. Segundo o economista de Chicago, esse novo liberalismo, utilizando-se da máxima presença do mercado, é capaz de evitar crises econômicas e amainar as tensões sociais. Vale conferir a prescrição de Friedman, segundo a bula neoliberal, como se fosse uma posologia livre-cambista. Em suas palavras,

[...] o uso amplo do mercado reduz a tensão aplicada sobre a intrincada rede social por tornar desnecessária a conformidade, com respeito, a qualquer atividade que patrocinar. Quanto maior o âmbito de atividades cobertas pelo mercado, menor o número de questões para as quais serão requeridas decisões explicitamente políticas e, portanto, para as quais será necessário chegar a uma concordância (Friedman, 1984, p. 30).

O mercado, desse modo, em amplas e diversas situações, para Friedman, torna-se espaço e instrumento de controle e de regulação sociais. Nesse sentido, perante as crises de acumulação capitalista, a doutrina neoliberal prescreve que o Estado ‘benfeitor’ e interventor deve se retrair, encolhendo-se ao mínimo, cedendo seu espaço para a iniciativa privada e permitindo ao mercado a liberdade para o ajuste das questões econômicas, políticas, culturais e sociais. Por isso, a chamada ‘nova direita’ passa a responder invariavelmente às crises após 1973, propondo que as soluções sejam resultados do livre jogo no mercado, como se, por si, o espaço das trocas econômicas fosse espaço da regulação econômica, política, cultural e social, para lembrar da expressão da Escola de Lausanne⁶⁹, como se o mercado fosse capaz de promover por si ótimas soluções, como ótimo alocador de recursos e perfeito ‘vasodilatador’ dos canais de escape das tensões sociais.

Na realidade, ao invés de instrumento de consenso, o mercado é uma instância de coerção e coação. De acordo com Norbert Lechner (1993, p. 240), “[...] o modelo neoliberal supõe uma forte intervenção do Estado para reprimir as reivindicações sociais e impor a liberalização dos mercados aos sindicatos (legislação trabalhista) e aos empresários (política creditícia e monetária)”. Assim, em vez de o Estado procurar engendrar o consenso na sociedade⁷⁰, ele lança a sorte de grande parte da população e o destino das sempre prementes questões sociais para que o mercado, por intermédio de sua lei maior, a lei da oferta e da procura, as resolva.

Essa nova direção política do Estado, da ‘nova direita’, segue à risca a fórmula privatista/livre-cambista e chega ao limite de mercadejar as instâncias do consenso social. Dessa maneira, quando tudo passa a ser coisa trocável/cambiável e as questões sociais, políticas e culturais transformam-

⁶⁹ A ‘Escola de Lausanne’ refere-se à escola de pensamento neoclássica em torno do francês Léon Walras (1834-1910) e do italiano Vilfredo Pareto (1848-1923). A característica central da Escola de Lausanne foi o desenvolvimento da Teoria do Equilíbrio Geral. A Escola de Lausanne também é conhecida como a ‘Escola Matemática’ (devido à sua ênfase na exposição matemática).

⁷⁰ O conceito ampliado de Estado em Gramsci prefigura o Estado em duas partes: a) Sociedade Política (coerção, violência e força); b) Sociedade Civil (hegemonia, consenso, opinião pública, entidades civis etc.).

se, também, em questões de mercado, ao contrário da busca de consenso, o que ocorre verdadeiramente é a ‘livre-coerção’. A concordância na sociedade, sob o comando dos doutrinadores neoliberais, deixa a esfera da sociedade civil e encaminha-se para a áspera ‘mão invisível’ do mercado. Assim, a supremacia da classe dominante passa a ser mais uma questão de domínio (força) e muito menos algo ligado à sua capacidade de direção (convencimento). Em suma, pode-se inferir que o mercado é, na realidade, uma ferramenta coercitiva e não uma instância do consenso, como proclama a doutrina neoliberal.

2.3 O campo da educação

A educação, além de ser um processo de aprendizagem do conhecimento e de socialização cultural entre gerações, pode ser interpretada, sociologicamente, como um campo social de disputas em que, entre outras propriedades, há o concurso pela conquista de capital cultural e pelo reconhecimento (Bourdieu, 2014). Ao mesmo tempo, em termos políticos, a educação é um bem público, um bem comum, um direito social oferecido pelo Estado e a ser acessado livremente (sem rivalidades e excludências) por todos os cidadãos.

Por isso, quando se constata o escasso compromisso do Estado com a educação para todos, indica-se a produção de um ‘mal público’, evidência não só de injustiça social, mas de menosprezo pela democracia, pois a educação é um direito humano fundamental e deve ser oferecida como um bem público para a promoção do bem comum e da cidadania. Isso porque, conforme assevera Hirschman (1973, p. 102), “[...] quem fala de bens públicos, fala também de males. O mal está no fornecimento ineficiente destes bens”. Ou ainda, como alerta Ulrich Beck (2016), globalmente, vive-se em uma ‘sociedade de riscos’ e do mesmo modo que há bens públicos e bens comuns globais, há a possibilidade de se gerar males públicos e comuns em diversas escalas: local, regional, nacional e global.

Por isso, mesmo que aqui estejam sendo analisados o gerencialismo, o privatismo e a mercadorização na educação, tendo por objeto de estudos principal a chamada ‘escola cooperativa de Maringá’, a investigação não

pode circunscrever-se ao Município ou ao Estado-Nação, sob o risco de se apelar para algum ‘nacionalismo-metodológico’. Por esta razão, é necessário perceber sempre a possibilidade mais ampla de risco global, especialmente porque, no que se refere à cultura, ao conhecimento e à ciência, as fronteiras são fluidas em razão da mobilidade de pessoal e do fluxo de informações em escala global.

Dessa forma, em tempos de ‘quarta revolução industrial’ e do que se convencionou chamar de ‘era do conhecimento’ (Azevedo; Oliveira; Catani, 2016), como nunca, o bem e o mal públicos transitam para além das fronteiras nacionais, sendo que o mal público, via de regra, é um efeito colateral (esperado ou não) da produção de algum bem público que gera externalidades negativas (no próprio país ou para além fronteiras), respaldado por autoridades dos campos científico, econômico e político. Não é ocioso dizer que o aquecimento do planeta (risco climático), as crises financeiras, a radiação nuclear, a contaminação biológica por transgênicos e os diversos tipos de poluição são riscos globais gerados de males públicos (Beck, 2016).

A educação pressupõe a comunicação entre as gerações, o compartilhamento de cultura e de conhecimento. Historicamente, a educação é uma conquista social, um genuíno bem público e um bem comum⁷¹ e, desde a modernidade, tem sido considerada um dever do Estado.

Reconhecidamente, o direito à educação tornou-se uma bandeira de luta das classes dominadas, sendo por isso uma proposta essencial dos programas de partidos democráticos e progressistas desde a fundação do Estado Moderno. Dessa maneira, contrariamente ao que declaram variados doutrinadores neoliberais, a exemplo de Hayek (1998), a expressão ‘justiça social’ carrega um significado histórico e a educação é item obrigatório a ser pontuado em qualquer projeto político que vise à distribuição de justiça social.

⁷¹ De acordo com Liesen (2014, p. 90-91), a palavra ‘comunicação’ é uma tradução direta da palavra latina *communicatio*, que, por sua vez, é o substantivo para a forma verbal *communicare* e para o adjetivo *communis*. Logo, por extensão, educar é um ato de comunicação entre cidadãos, com base na solidariedade intergeracional, para o bem comum.

Em reforço ao argumento de que o Estado deve prestar a devida atenção à educação, recorre-se a Adam Smith, um dos pais da Economia Política Inglesa e referência do liberalismo clássico, que afirma: “[...] mesmo que o Estado não viesse a tirar qualquer vantagem da instrução das camadas inferiores do povo, deveria mesmo assim interessar-se por que não fossem completamente ignorantes” (Smith, 1989, p. 425). Smith defende que a educação deve ser ministrada por intermédio do Estado, mas de maneira restrita, como se fosse um tratamento homeopático, em doses suficientes para afastar as ‘camadas inferiores’ da ignorância (Smith, 1989). O pensador escocês adverte que um ser humano ignorante “[...] parece estar mutilado e deformado numa parte ainda mais essencial do carácter da natureza humana” (Smith, 1989, p. 425).

Da mesma forma, John Stuart Mill⁷², pensador utilitarista inglês, reconhece a importância social da educação e o dever do Estado em mantê-la. Para Stuart Mill (1983, p. 404), “[...] a educação, portanto, é uma dessas coisas que é admissível, em princípio ao governo ter que proporcionar ao povo”. Mesmo Jean Baptiste Say, economista francês reconhecido pela já mencionada ‘lei de mercado’, defende que recursos públicos sejam alocados para gastos com a educação elementar, visando à saída do estado de barbárie de uma nação ou para evitar a possibilidade do retorno da barbárie em uma

⁷² J. S. Mill (1806-1873) foi, de certa forma, um continuador do utilitarismo de seu pai, James Mill (1773-1836), e do mestre do seu progenitor, Jeremy Bentham, porém sem o rigor doutrinário do *laissez-faire*, pois defendia alguma intervenção governamental na economia. Marx elabora uma série de críticas a J. S. Mill, no entanto clama para não o confundir com os economistas vulgares. Seguem duas passagens anotadas por Marx n’*O Capital* para ilustrar tal assertiva. Primeiro Marx critica: “O Sr. J. St. Mill consegue, com sua habitual lógica eclética, adotar o ponto de vista de seu pai, J. Mill, e simultaneamente o oposto. Compare-se o texto de seu compêndio Princ. of Pol. Econ. com o prefácio (primeira edição), no qual ele mesmo se anuncia como o Adam Smith contemporâneo, então não se sabe o que mais admirar, se a ingenuidade do homem ou a do público que o aceita credulamente como um Adam Smith, com o qual ele se assemelha tanto quanto o General Willians Kars von Kars ao Duque de Wellington. As pesquisas originais do Sr. J. St. Mill, nem extensas, nem ricas em conteúdos, no campo da Economia Política, desfilam todas em formação em sua brochurinha aparecida em 1844: *Some unsettled questions of political economy* [...]” (Stuart Mill, 1983, p. 107). Porém, Marx (1985, p. 186) faz a ressalva: “Para evitar mal-entendido, quero deixar claro que, se homens como J. St. Mill etc. devem ser censurados pela contradição entre seus velhos dogmas econômicos e suas tendências modernas, seria absolutamente injusto confundir-los com o séquito dos apologistas da Economia vulgar”.

nação já civilizada. Declara Say (1983, p. 407): “[...] na verdade, uma nação ainda não está civilizada nem, por conseguinte, desfruta de todas as vantagens ligadas à civilização quando nem todos os seus membros sabem ler, escrever ou contar”. Entretanto, Say, mesmo aceitando o ensino elementar público, não abandona sua profissão de fé na esfera privada. Para o economista francês,

[...] um professor ou uma instituição privada não receberão salário adequado num país onde se podem encontrar gratuitamente professores e um ensino similar, ainda que mais medíocres. Sacrificar-se-á o melhor ao pior, sufocando-se, ao mesmo tempo, os esforços privados, origem de tantos benefícios em economia pública (Say, 1983, p. 408).

A educação, como de maneira geral reconhecem pensadores liberais clássicos, é um instrumento público potencialmente civilizador e, por excelência, criador de cidadãos. Além disso, antes de ser um setor do Estado, é uma conquista popular extraída a duras penas em contendas com a representação do Estado, na realidade com o bloco histórico dirigente – a aliança de classes sociais historicamente dominantes como resultado das lutas sociais⁷³. Entretanto, as políticas neoliberais para a educação, regressivamente, rejeitam o caráter público da educação, regulando seus programas para o atendimento de interesses particulares e para a privatização da oferta educacional.

No entendimento de Milton Friedman, o mercado deve encarregar-se da provisão de educação como se esse bem público pudesse, contraditoriamente, como resultado de uma política de Estado, transformar-se em mercadoria, perdendo suas características de bem público, bem

⁷³ Marx retira de uma discussão sobre a Lei de 1860 (*The Coal Mines Regulation Act of 1860 - A Lei de Regulamentação das Minas de Carvão de 1860*) o seguinte fragmento de diálogo: O Examinador Burguês: ‘Será que vós, trabalhadores, não poderíeis vós mesmos cuidar dos vossos interesses sem apelar para a ajuda do Governo?’.

O trabalhador: ‘Não’ (Marx, 1985, p. 100). Isso quer dizer que as lutas dos trabalhadores visando a conquistas gerais têm um endereço certo para recepcionar os seus reclamos: o Estado. E as conquistas custaram “[...] lágrimas e sangue ao movimento operário” (Bobbio, 1979, p. 24).

comum e direito social. Aliás, Friedman (1984, p. 86) admite que a educação seja patrocinada pelo tesouro público, por intermédio de provedores privados, se e quando “[...] justificada pelos efeitos laterais”. Compreende-se por ‘efeitos laterais’ as ‘externalidades’ que, segundo a terminologia do campo da economia, são os efeitos sobre a vida de terceiros que não participam como destinatários diretos da ação financiada pelo Estado, no entanto são beneficiados ou prejudicados pela execução dessas políticas públicas – governamentais ou de Estado. Para ilustrar, de acordo com esse raciocínio, a educação, ao alcançar todas as classes de uma sociedade nacional, civiliza e habilita a população de todo país para a convivência cidadã. Assim, o recebimento de instrução e a frequência escolar, supostamente, incorporam capital cultural em cada cidadão e criam um *habitus* coletivo de coesão, integração, debate político e cultivo da paz, em oposição ao risco de caos, violência e luta sem regras pela propriedade – denominados crimes contra o patrimônio. Dessa forma, a educação financiada pelo tesouro público cria ‘externalidades’ positivas, especialmente para aqueles que, em uma sociedade que distingue seus componentes (cidadãos) pela posse de capitais, têm a perder e a sofrer prejuízos em relações sociais caracterizadas como incivilizadas e violentas ou que estejam em confronto com as normas e a lei. Porém, não é inútil notar que, para Friedman, a execução de programas educacionais e a provisão de ensino não podem ser realizadas diretamente pelo Estado; segundo o economista de Chicago, a iniciativa privada deve se encarregar disso, pois seria paternalismo de Estado o provisionamento de ensino público aos cidadãos. Explica o economista norte-americano:

A intervenção governamental no campo da educação pode ser interpretada de dois modos. O primeiro diz respeito aos 'efeitos laterais' ['externalidades'], isto é, circunstâncias sob as quais a ação de um indivíduo impõe custos significativos a outros indivíduos pelos quais não é possível forçar uma compensação, ou produz ganhos substanciais pelos quais também não é possível forçar uma compensação – circunstâncias estas que tornam a troca voluntária impossível. O segundo é o interesse paternalista pelas crianças e por outros indivíduos irresponsáveis. Efeitos laterais e

paternalismos têm implicações muito diferentes (1) para a educação geral dos cidadãos e (2) a educação vocacional especializada (Friedman, 1984, p. 83).

Friedman (1984, p. 83), ao fundamentar este juízo, distingue educação e instrução: "[...] nem toda instrução está relacionada com a educação e nem toda educação com a instrução. O tema de interesse adequado é a educação. As atividades do governo estão em grande parte limitadas à instrução". O pensador neoliberal argumenta que, para se construir uma sociedade democrática e estabilizada, é necessário que os indivíduos sejam alfabetizados com um grau mínimo de conhecimentos. Para ele, a educação deve contribuir para formar esse cidadão médio. A educação geral é um usufruto pessoal/familiar e é um ganho para a sociedade. A produção de benefícios substanciais para o indivíduo e, ao mesmo tempo, para a sociedade é caracterizada como externalidade positiva gerada pela educação, podendo, portanto, ser financiada pelo Estado.

No entanto, segundo a lógica do Estado Mínimo e o que prescreve a Lei de Mercados de Say, Friedman, reafirmando sua profissão de fé na administração privada, propõe a privatização das escolas, admitindo mesmo a venda de instalações e prédios escolares, e recomenda o uso de 'vale-educação' (*voucher*), uma espécie de bônus que os pais receberiam do ente público e trocariam em escolas particulares pela educação de seus filhos. Esses cheques educacionais seriam distribuídos pelo Estado (União, Estado ou Município) aos pais de alunos como moedas para pagamento à escola preceptora particular e/ou gerenciada por ente privado.

Esse projeto neoliberal para a educação, em essência, transforma pais de alunos, concomitantemente, em orientadores educacionais e em consumidores de serviços escolares e promove um mercado de ensino com a oferta de educação por estabelecimentos escolares privados em troca de *vouchers*. Sofisticamente, Friedman (1984, p. 87) diz que "[...] os pais poderiam expressar sua opinião a respeito das escolas diretamente, retirando seus filhos de uma escola e mandando-os para outra". Essa mercadorização estimula, em termos das regras do mundo dos negócios (*business*), a eficiência e a eficácia das escolas, características que acabam por ser impressas no plano da gestão escolar (gerencial) e no plano pedagógico-educacional (ensino).

Desse modo, na realidade, mais que orientadores educacionais, os pais tornar-se-iam agentes de negócios, transfigurando-se em intermediários de uma transação em que o objeto barganhado seria a educação destinada a seus próprios filhos. Tomariam ‘cheques’ ao Estado e os transfeririam aos estabelecimentos educacionais por eles escolhidos como pagamento de serviços de obrigação pública. Com isso, formalmente, estaria cumprido o papel do Estado no financiamento da educação do povo. Para corroborar esta asserção, Tomaz Tadeu da Silva nota que o esquema neoliberal de financiamento da educação, por intermédio de *vouchers*, estimula o aparecimento de um ‘mercado’ educacional, ‘escolha’ dos pais e os ‘direitos do consumidor’, tornando-se, a partir daí, conceitos e termos-chave do neoliberalismo aplicado à educação (Silva, 1994).

A adoção dessa ‘pedagogia de mercado’ na educação só pode resultar em desagregações maiores do que já vêm ocorrendo. Como possibilidades, vale exemplificar, as escolas com melhores níveis de ensino seriam mais procuradas e, por decorrência da máxima ‘o que é melhor custa mais’ (ou *you take what you pay*), teriam um preço mais elevado. Como os valores de face dos bônus seriam iguais, independentemente da escolha, os pais poderiam se sentir livres também para complementar com recursos próprios os custos das escolas escolhidas; pois, para as escolhas mais caras, o ‘vale-educação’ não seria suficiente. Logo, se já não existissem a desigualdade de qualidade e a diferença de itinerários formativos escolares, estariam dadas definitivamente as condições para a consolidação de um sistema de educação binário, formado por escolas destinadas a diferentes classes de cidadãos. A diferença entre as escolas faria preços diferentes e os preços diferentes construiriam ou perpetuariam a diferença das escolas.

As condições sociais da família seriam a condicionante maior da escolha de tal ou qual escola: o nível econômico-social familiar e o capital cultural do estudante⁷⁴ indicariam a preferência da escolha, acarretando, desse modo, a continuidade da reprodução das mesmas diferenças de classe social, segundo a posse de capitais social, econômico e cultural. Com esta

⁷⁴ Capital cultural é uma categoria pensada por Pierre Bourdieu para designar o cabedal de cultura que o indivíduo pode adquirir desde sua infância. Bourdieu trata sobre o assunto na obra: *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino* (Bourdieu; Passeron, 1982).

proposta, na realidade, a dualidade do sistema educacional permaneceria intocada. Aliás, estaria garantido o não surgimento da escola unitária, pública e gratuita. Ou seja, se há alguma possibilidade de se construir a escola unitária, pública e gratuita, certamente, com a implantação do neoliberalismo na educação, as chances para a construção da escola unitária, como propunham os reformadores progressistas, a exemplo de Gramsci, amiúdam-se.

A propósito, lembrando as categorias de ‘voz’ e ‘saída’ de Hirschman (1973), a saída do demandante de qualidade de determinada escola faz cair sua qualidade, pois em vez do uso da ‘voz’ (do argumento político) pela educação de qualidade, a troca de escola é um sinal de desalento político e um termo na participação comunitária (de cultivo do bem comum) em favor da melhoria daquela escola. O uso do instrumento de ‘saída’ (próprio de relações econômicas e de mercado) só faz deteriorar ainda mais a qualidade da escola, pois se a voz crítica se cala, arrastando consigo outras de mesma opinião, a comunidade local perde expressão na luta pela educação de qualidade e do bem comum. Nas palavras de Hirschman (1973, p. 101), “[...] se aqueles que mais influem na qualidade do *output* são também, como é provável, os mais conscientes da qualidade, qualquer leve deterioração da qualidade pode provocar sua saída, que, por sua vez, aumentará a deterioração levando a mais saídas”.

Em suma, a proposta neoliberal de privatização das escolas públicas, ao ser implementada, vale ressaltar, abortaria o nascimento da ‘Escola de Gramsci’ (Nosella, 1992; Nosella; Azevedo, 2012), a qual, em sua essência, seria unitária e ‘desinteressada’. Unitária, porque unificaria o polo da produção com o polo do comando, e ‘desinteressada’, porque não formaria o cidadão para o interesse imediato e provisório, mas para a vivência em uma sociedade unificada e de cultivo do bem comum. A escola unitária formaria igualmente todos os cidadãos e todos teriam acesso à educação de dirigentes. A posição de comando seria determinada por outras condições que não as de origem de classe e a condição de herdeiros em uma sociedade dominada historicamente por patrimonialistas e por acumuladoras famílias. Esta educação não teria o objetivo de distinguir culturalmente as classes sociais, mas, ao contrário, seria um instrumento fundamental de emancipação de toda a sociedade, de todos os homens, de todas as classes, sem restrições.